

# Constituinte aprova função social para a terra

Como função social a emenda aprovada estabelece que a propriedade terá que ser racionalmente aproveitada. Além disso, é necessário provar que o bem-estar dos proprietários e trabalhadores será favorecido e o meio ambiente será preservado.

função social. Ele criticou o texto original do relator Bernardo Cabral, assegurando que sua aprovação daria margem a uma dubiedade de interpretação.

A autora da proposta argumentou: "Se tivéssemos um país entupido de gente e com pouca terra, nossa posição seria outra". Segundo a parlamentar, para se assegurar a tranquilidade do proprietário rural, de modo a que ele possa dormir em paz, "é importante consagrar o direito à propriedade rural". Ela garantiu que seu grupo não pretende impedir a reforma agrária — "mesmo porque ela não decorre de lei, mas da vontade política, e só não foi implantada até hoje porque as pessoas que estão no poder não

quiseram". Sandra Cavalcanti foi aplaudida por representantes da UDR.

O deputado petista Plínio de Arruda Sampaio discursou contra a proposta, alegando que ela iria criar tanta confusão jurídica que não se conseguiria desapropriar para fins da reforma agrária. Ele argumentou ainda não ser possível que a função social seja aplicada a apenas um dos aspectos da utilização da terra. Esta, aliás, foi a tese sustentada pelo relator-adjunto Nelson Jobim, para quem o direito de propriedade é composto dos direitos de usar, fruir e dispor. Nelson Jobim acentuou que a emenda Sandra Cavalcanti pretendia que apenas o uso da terra estivesse subordinado à função

social, acrescentando não ser admissível privilegiar um dos aspectos em termos de reforma agrária.

## Imissão

A questão da imissão de posse, contudo, será definida por lei complementar a ser votada depois da promulgação da nova Carta. A Sistematização decidiu isso ontem à noite, numa votação expressiva — 86 votos contra sete — resultante de um acordo das lideranças em torno de uma emenda dos deputados Giovanni Masini (PMDB-PR) e José Maria Eymael (PDC-SP).

O acordo, que não havia sido fechado nas votações anteriores relativas à defini-

ção do sentido social da propriedade, foi amarrado dentro do plenário, tendo como principais articuladores a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o senador José Richa (PMDB-PR).

Contra a emenda do acordo (feito quando os representantes da UDR haviam se retirado das galerias) insurgiu-se, como partido, o PT (que tem dois representantes, os deputados Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio) e a adesão de um voto do PFL (deputado Gilson Machado, de Pernambuco) e de quatro deputados do PMDB: Oswaldo Lima Filho (PE), Ademir Andrade (PA), João Herrmann Neto (SP) e Paulo Ramos (RJ).

A emenda do "acórdão" dos líderes, que tem como texto "cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, do rito sumário, para o processo judicial de desapropriação", substituiu três parágrafos do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que pretendia um prazo máximo de 90 dias para que a Justiça Federal julgasse a imissão de posse, ficando aprovada a desapropriação por decurso de prazo, caso nesse prazo não houvesse deliberação judicial. O Cabral 2 previa também que, no caso de reconhecimento judicial de que a propriedade desapropriada cumpria função social, a indenização seria paga totalmente em dinheiro e corrigida até a data do efetivo pagamento.

Com a supressão desse parágrafo, ficou garantida que a indenização se dará, segundo a lei complementar dispuser, em título da dívida pública pagáveis em 20 anos. Esse foi o argumento que um dos defensores da emenda Masini-Eymael, o deputado Roberto Freire (PCB-PE), levantou para posicionar a Comissão de Sistematização e o acordo.

Terminada a votação e tendo prevalecido o acordo, Fernando Henrique refulou as pressões "daqueles que não se encontram mais aqui e não têm mais como criticar os trabalhos da Constituinte", referindo-se claramente aos membros da UDR que, diante da derrota de suas pretensões, deixaram as galerias pouco antes do acordo.

Também foi aprovada a supressão do Artigo 211 do Cabral 2, que pretendia que a desapropriação da propriedade seria "previdenciada em processo administrativo consubstanciado em vistoria do imóvel rural pelo órgão fundiário nacional, garantida a presença do proprietário ou de seu representante". A emenda supressiva, do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), teve a mesma votação da emenda Masini-Eymael: 86 votos contra sete.

Por 85 votos contra apenas oito, a Comissão de Sistematização aprovou ontem que ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social, com base em emenda de autoria do deputado Jorge Hage (PMDB-BA) ao Artigo 209 do substitutivo do relator Bernardo Cabral. A emenda define que a função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade é racionalmente aproveitada; conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente; observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A emenda do deputado Jorge Hage só pôde ser votada porque a Comissão de Sistematização derrotou, antes, emenda de autoria da deputada Sandra Cavalcanti, destacada pelo deputado Afif Domingos, que assegurava o direito de propriedade do imóvel rural independentemente de cumprir função social. A emenda da deputada fluminense, resultado de entendimento entre os conservadores na sistematização, foi derrotada por 58 votos contra 34 e uma abstenção, provocando alegria nos representantes da Contag que assistiam à sessão nas galerias, ao lado do grupo liderado pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que se retirou irritado.

A emenda da deputada Sandra Cavalcanti dispunha ainda que o uso do imóvel rural seria condicionado ao cumprimento de sua função social, mas nos termos vagos do parágrafo 35 do Artigo 6º do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que dispõe o seguinte: "A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso".

A emenda Sandra Cavalcanti dispunha ainda que a propriedade rural produtiva não é passível de desapropriação por interesse social.

## Discussão

O deputado Afif Domingos foi o primeiro a encaminhar favoravelmente a emenda de Sandra Cavalcanti, afirmando estar disposto a apoiar a reforma agrária em função do uso que se faz da terra e não da sua



Galerias: festa da Contag.



Caiado: irritado.



Sandra: emenda derrotada.



Afif: destaque na votação.

## A reação da UDR

"A classe dos produtores rurais foi traída pelo grupo do senador José Richa" — desabafou, irritado, da galeria da Constituinte, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, acrescentando que "uma minoria da Sistematização é contra uma classe que trabalha e produz para o País e não tem seus direitos reconhecidos". Caiado assistira naquele momento à derrota por 58 a 34 da emenda da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), deduzindo que, pela diferença de votos, o "grupo dos 32" liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) não cumprira sua promessa de apoiar a proposta. Um assessor de Caiado lhe trouxe a notícia segundos antes de concluída a votação: "Vamos ser traídos pelo pessoal do Richa".

Irritado, Ronaldo Caiado desceu da galeria para o gabinete do deputado Cunha Bueno (PDS-SP) e comentou que a emenda de Sandra Cavalcanti era "a última oportunidade de consenso", alertando que os proprietários rurais, através de seus representantes na Constituinte, "nem apelaram para propostas mais radicais, como as dos deputados Jorge Vianna (PMDB-BA) e Rosa Prata (PMDB-MG)". O presidente da UDR comentou que os políticos em geral estão confundindo "educação com falta de coragem" e anunciou a mobilização que vai ocorrer a partir de agora, para influenciar os constituintes no plenário final.

"Anotem o que estou dizendo", frisou aos jornalistas: "Vai acontecer antes da vo-

tação final do plenário a maior mobilização que este país já viu, e eu vou comandar pessoalmente, percorrendo todos os Estados e falando com os produtores rurais". Caiado suspendeu o afastamento temporário que solicitara da presidência da UDR para tratar de seus negócios particulares, mas ainda não detalhou como será a mobilização: trazendo os produtores a Brasília ou organizando-os nos Estados. "Será uma mobilização jamais verificada no País" — repetiu Caiado.

O presidente da UDR criticou ainda os políticos que "não cumprem os acordos", citando mais uma vez "o grupo do Richa". E destacou que as forças conservadoras detêm ampla maioria no plenário da Constituinte, "que representa de fato a sociedade brasileira, e não os micro constituintes da Sistematização".

"O produtor rural não pode ser traído dessa forma; somos uma das maiores forças de trabalho do País e os constituintes não levaram em consideração nossas reivindicações básicas: direito de propriedade não condicionado à função social e o direito do proprietário recorrer a todas as instâncias da Justiça nos casos de desapropriação" — disse Caiado. Da forma que estamos sendo tratados aqui, não interessa ao proprietário rural produzir, mas os constituintes sabem que vamos lutar por nossos direitos" —

advertiu Ronaldo Caiado. O líder rural comentou ainda que é do interesse da classe saber por quem foi traída, para que tenha consciência das pessoas com as quais lida em suas tentativas de acordos políticos.

## Contag

A poucos metros de Ronaldo Caiado, três degraus acima, na galeria da Constituinte, estava o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, assistindo calmo à votação e comentando que o anteprojeto do relator Bernardo Cabral não é o ideal para os trabalhadores, "mas se for aprovado será uma primeira vitória". O presidente da Contag manteve contatos pela manhã com as lideranças do PMDB, PT, PDT e partidos de esquerda, mas frisou que não havia possibilidade de acordo.

No plenário da Constituinte os parlamentares ligados a Contag tentaram alterar o anteprojeto de Cabral, para acabar com a vitória prévia nos casos de desapropriação, passando-a para a legislação ordinária. Os trabalhadores rurais, segundo José Francisco, querem retirar também do anteprojeto o dispositivo que trata da política habitacional no meio rural, pois acreditam tratar-se de pretexto para intervenção de fazendeiros nas áreas disputadas. Assim como Ronaldo Caiado, José Francisco acha que no plenário final conseguirá, através dos parlamentares comprometidos com sua

causa, alterar o anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

As dependências da quarta-secretaria da Câmara — que é dirigida pelo deputado Cunha Bueno — foram transformadas no quartel general da UDR durante todo o dia de ontem. Foi lá que os deputados Afif Domingos (PL-SP), Rosa Prata (PMDB-MG), Alysso Paulinelli (PFL-SC), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) tentaram fechar um acordo para permitir que o proprietário desapropriado possa recorrer a todas as instâncias da Justiça e para definir a função social prevista no substitutivo de Bernardo Cabral.

Ronaldo Caiado afirmou que se fosse mantido o texto de Bernardo Cabral, o produtor rural não teria "nenhuma garantia sobre suas terras e deve parar tudo para não perder tempo e dinheiro". Ele anunciou, ainda, que a UDR vai liderar a área plantada, "já que ninguém pode aplicar recursos para ampliar as fronteiras agrícolas do País, se não tem garantia de posse de suas terras", conforme explicou.

"Vamos ver se eles têm condições de produzir as 55 mil toneladas de alimentos para manter a mesa dos brasileiros" — afirmou Caiado, ao criticar os constituintes que defendiam a manutenção do texto de Bernardo Cabral sobre a reforma agrária.

Os recursos para a mobilização nacional começaram a ser angariados num leilão nacional de gado, a ser realizado nos dias

13, 14 e 15 em Brasília, segundo informou o diretor regional da UDR paulista, Paulo Several. Mais de 10 mil cabeças foram doadas por regionais da UDR de todo o País. Ele não quis antecipar nenhuma previsão do resultado do leilão, dizendo que os animais doados normalmente são novilhos e bezerrinhos cujo preço é mais difícil de ser calculado.

## Tentativas

Poucas horas antes de ser iniciada a votação do capítulo sobre a reforma agrária, um dos principais articuladores do Centro, o deputado Roberto Cardoso Alves, admitia a todos que o procuravam: "Vamos perder para eles aqui, mas vamos derrotá-los depois, no Plenário".

A admissão da derrota pouco antes do início da votação e partindo de um dos mais influentes líderes do Centro refletiu, principalmente, a falta de acordo, que não permitiu que a matéria chegasse ao plenário da Sistematização "amarrada", devido à discordância com relação à questão da imissão de posse e a concretização do sentido social da propriedade rural. Quanto à imissão, foi obtido acordo às 20 horas, permitindo transferir o assunto à lei ordinária, depois de várias reuniões informais durante todo o dia de ontem em gabinetes. O capítulo sobre reforma agrária chegou ao plenário às 17 horas.

## Diretas em 88 (com presidencialismo). É a avaliação de Cabral.

O relator da Sistematização deu sua opinião antes do desagravo que recebeu da OAB paulista. E também admitiu que uma corrente tenta desestabilizar a Assembléia.

Conforme avaliação feita ontem em São Paulo pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, que é parlamentarista e defende o mandato de seis anos, tanto na Comissão quanto em plenário cresce a tendência favorável ao mandato presidencial de quatro anos (portanto com a convocação da eleição em 1988) e ao sistema presidencialista de governo.

— Na Comissão de Sistematização, que tem 93 integrantes, há cerca de 40 parlamentares que já estão decididos pelo mandato de quatro anos e uns 17 que ainda estão para decidir. Há uma corrente muito pequena favorável aos seis anos e outra que defende cinco anos. Mas o que se comentava ainda hoje (ontem) pela manhã é que a maioria votará favoravelmente ao mandato de quatro anos. E no plenário cresce a tendência pelo mandato de quatro anos com o sistema parlamentarista — disse Bernardo Cabral, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, que recebeu no início da noite de ontem o desagravo da seccional paulista da entidade pelas críticas que vem recebendo.



Cabral recebe a solidariedade dos advogados

O presidente da OAB-SP, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, informou que o Conselho Federal e os presidentes seccionais da Ordem vão se reunir na próxima terça-feira em Brasília, devendo aprovar um documento em defesa das eleições para a sucessão do presidente José Sarney imediatamente após a promulgação da nova Constituição. Posição nesse sentido foi aprovada no último final de semana, durante reunião dos presidentes das subseccionais da OAB-SP. Segundo Mariz, essa medida é necessária porque "está havendo tentativas de desestabilização dos trabalhos da Constituinte, um vazio de poder e uma crise de credibilidade política".

Bernardo Cabral confirmou que no má-

ximo até a próxima terça-feira (quando a OAB se reúne em Brasília) a Comissão de Sistematização votará a questão da duração do mandato do presidente Sarney. (O artigo 5º das "Disposições Transitórias" do substitutivo de Cabral prevê mandato de seis anos para o atual presidente, que governaria até 15 de março de 1991).

Previu que a Comissão terminará seus trabalhos o mais tardar na próxima quarta-feira, dia 18, e o plenário só conseguirá aprovar o texto da nova Constituição em janeiro ou fevereiro de 1988, apesar do empenho do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em conseguir que a tarefa seja concluída antes do final deste ano.

Afirmando que não se pode atribuir à

Constituinte problemas do governo — como o déficit público e as dificuldades na renegociação da dívida externa —, Cabral afirmou que os trabalhos da Constituinte não estão demorando: "Não podemos perder de vista que a Espanha levou três anos e Portugal dois anos nessa tarefa. Estamos querendo terminar a redação da nova Constituição em poucos meses imaginando que podemos reprimir a elaboração da Carta de 1946, que já tinha regimento pronto e partiu da Constituição de 1934. A atual partiu do nada, de baixo para cima. Está sendo produzida pelos 559 constituintes".

A observação de que — principalmente devido à formação do chamado Centro — o plenário poderá, promover alterações profundas no texto a ser aprovado pela Comissão de Sistematização, devido às diferentes correlações de forças nas duas instâncias, Cabral respondeu:

— Posso assegurar-lhes que nenhuma facção política ou corrente isolada vai escrever sozinho o texto constitucional. Haverá composição de forças, porque na Assembléia Nacional Constituinte não há ideologias nem partidos que consigam fazer prevalecer suas vontades. O constituinte vota de acordo com sua consciência, compromissos eleitorais e interesses regionais.

Bernardo Cabral informou que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deverá pronunciar-se através de rede nacional de rádio e televisão a respeito da denúncia do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), segundo a qual setores conservadores estariam angariando 35 milhões de dólares com o objetivo de desestabilizar a Constituinte. E advertiu:

— É preciso que tenhamos em mente que o essencial agora é concluir os trabalhos da Constituinte. O resto é acessório. Estamos notando que há uma certa corrente que tenta desestabilizá-la, solapá-la, diminuir seu valor. Espero que a articulação dessa direita extremada não tenha esse objetivo porque, se a Constituinte afundar, afundaremos todos juntos.

Kazumi Kusano

## Para Trevisan, limitar a criação de estatais não é suficiente.

A criação de novas empresas públicas somente através da lei, e não por simples ato do Executivo, como hoje, não é suficiente para se limitar o papel do Estado na economia. A proposta aprovada na Comissão de Sistematização da Constituinte, antontem, no sentido de só se permitir a criação de estatais após exame da matéria pelo Legislativo "é positiva, mas incompleta".

O argumento é de Antoninho Trevisan, que foi o titular da Sest — Secretaria de Controle das Estatais, de abril de 1986 a março deste ano. Para Trevisan, o exame pelo Legislativo das propostas para a criação de empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias é correto na medida em que merecerá o parecer de pessoas que obtiveram nas urnas um mandato popular. Mas, ele ressalta: esse entrave não vai conduzir à redução das estatais já existentes.

Trevisan considera essencial fixar previamente, no momento da aprovação, um limite de tempo, que ele sugere ser de cinco anos, para a vigência das novas empresas que forem criadas. Após esse prazo, elas seriam privatizadas ou extintas. "As autarquias e empresas públicas, disse, surgem sempre de argumentos baseados numa conjuntura específica. Nada nos garante que, passado esse momento, elas sejam extintas." Trevisan aponta, como exemplo, o caso do Instituto Brasileiro do Café, da Comissão Nacional do Sal e do Instituto do Açúcar e do Alcool, que foram criados há mais de 30 anos com o endosso do Legislativo. Depois de todos esses anos, essas autarquias ainda não foram extintas, mesmo estando provadas, para Trevisan, sua ineficiência e incompetência.